

O Papel do Economista: Nota sobre a Visão de Keynes

Francisco Anuatti Neto
Depto. de Economia
FEA/USP– Campus Ribeirão Preto

Resumo

O presente artigo visa dar uma interpretação de Keynes como um Empreendedor Intelectual, isto é, de como teriam sido formadas suas estratégias de persuasão para influir nas decisões práticas que levariam a mudanças na sociedade em que vivia. Busca-se dar resposta para três perguntas: Como Keynes via a Economia como disciplina científica ? Como Keynes via a relação da Economia com a sociedade? Como Keynes via a si próprio no âmbito da disciplina econômica?

1- Introdução

Na Economia, como nas demais ciências sociais, as lideranças intelectuais exercem um duplo papel, de analista ou intérprete da sociedade e o de agente social. Enquanto analistas, procurando interpretar os problemas da sociedade sem a perspectiva de transformá-la, podem colocar em movimento processos de mudança social, ao formular novos conceitos, que resultantes de esforço teórico, produzam efeitos sobre padrões de operação no plano prático. Outra forma de influência se dá por meio da indução à mudança de opiniões, as lideranças intelectuais têm a capacidade de provocar mudanças de opinião entre especialistas e também de influenciar as opiniões e decisões de outros agentes sociais. Como agentes sociais vários economistas do passado assumiram explicitamente o compromisso com "reformas sociais", engajando-se em movimentos e ações políticas. Assim procuravam explicita e intencionalmente levar suas idéias a aplicação prática.

A importância das idéias nos processos de mudança social depende apenas em parte do poder das "idéias" propriamente dito, sendo determinada por uma complexa configuração de interesses e de instituições vigentes em dada sociedade. Anuatti (1994) desenvolve um quadro conceitual para o estudo do poder persuasivo das idéias econômicas e seu impacto nos processos de mudança social. Nesse quadro conceitual

as idéias econômicas são tratadas como crenças (consensuais ou controversas) no âmbito de comunidades de discurso, isto é, comunidades que abrigam o discurso científico e da esfera prática. Só quando devidamente estudadas as controvérsias teóricas que animam a comunidade dos cientistas, e avaliadas as suas relações com as demais comunidades discursivas, pode-se avaliar plenamente o efeito das idéias na prática.

Por outro lado, os estudos sobre o processo de mudança social cada vez mais reconhecem a importância das inovações intelectuais, visto que as instituições que dão suporte a um *status quo* podem ser vistas como redutoras de custos individuais de expressar e manter idéias e convicções, na formulação de North (1990, p.86):

“improved understanding of institutional change requires greater understanding than we now possess of just what makes ideas and ideologies catch hold. Therefore, we are still at something of a loss to define, in very precise terms, between changes in relative prices, the ideas and ideologies that form people’s perceptions, and the roles that the two play in inducing changes in institutions.”

Para efeitos desse trabalho toma-se a idéia de processo de mudança social como equivalente aos de mudanças institucionais descrito por North, cabendo então discutir o papel das inovações intelectuais na explicação das mesmas. Nesse sentido as inovações intelectuais podem ser identificadas como produtos de lideranças intelectuais capazes de provocar mudanças de opiniões e práticas de ação. Essas lideranças intelectuais, em analogia ao Empresário Inovador de Schumpeter e ao Empreendedor Social de Olson, podem ser dos chamados Empreendedores Intelectuais.

O presente artigo visa dar uma interpretação de Keynes como um Empreendedor Intelectual, de como teriam sido formadas suas estratégias de persuasão para influir nas decisões práticas que levariam a mudanças na sociedade em que vivia . As instituições e normas sociais vigentes no período histórico compõem o cenário onde Keynes e outros economistas contemporâneos se viam atuando como agentes de racionalidade das decisões coletivas. Para isso será necessário estabelecer uma interpretação de como Keynes via a Economia, e também qual o papel atribuído à disciplina econômica em relação à sociedade, visto que a inserção social de uma disciplina influencia sua organização interna, busca-se dar resposta para três

perguntas: Como Keynes via a Economia como disciplina científica ? Como Keynes via a relação da Economia com a sociedade? Como Keynes via a si próprio no âmbito da disciplina econômica? As seções seguintes tratam de dar resposta a cada uma dessas questões.

2 - Economia como Disciplina: Ciência Moral

Houve durante os anos 30 uma certa efervescência na discussão de método na Economia, em parte capitaneada pelo ensaio de Lionel Robbins, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, seguido de outros ensaios, como por exemplo Robinson (1932) e Hutchinson(1938). Porém as opiniões expressas por Keynes a respeito da Economia não representam nenhuma grande inovação diante da tradição da escola de pensamento desenvolvida na Universidade de Cambridge. Uma declaração explícita sobre a natureza e o método da Economia é encontrada entre os escritos de Keynes apenas numa correspondência com Roy Harrod em 1938 (CW XIV, pp.296-301). Nesta correspondência encontram-se os trechos mais citados da visão de Keynes como :

"Gostaria também de enfatizar enormemente o ponto de a Economia ser uma ciência moral. Mencionei antes que ela lida com introspecção e valores. Eu deveria ter adicionado que lida com motivos, expectativas e incertezas psicológicas." (C.W. XIV.p.300)

Dois aspectos são relevantes na caracterização da Economia como ciência moral; o primeiro é a crença de que o objeto da Economia é de natureza mais volátil que os objetos das ciências naturais; o segundo é que as verdades dessa ciência contribuem de forma decisiva para a melhoria das condições materiais do homem. Para ilustrar essa afirmação pode-se recorrer aos principais autores desta tradição.

Iniciando por Malthus, a quem Keynes chamara de "O primeiro dos Economistas de Cambridge" em seu ensaio biográfico, encontram-se logo no início de seu *Principles of Political Economy* expressos os dois aspectos pelos quais a Economia pode ser entendida como ciência moral, a natureza instável do objeto e o compromisso com os resultados práticos:

"A ciência da economia política traz uma semelhança maior com as ciências da moral e da política do que da matemática.(p.1) ... A

ciência da economia política é essencialmente prática e aplicável aos negócios comuns da vida humana, ... há pouco ramos do conhecimento humano onde visões falsas podem causar mais mal, ou visões corretas mais bem."(p.9)

Os dois aspectos da Economia como ciência moral estão presentes também na obra de Marshall. Keynes em sua biografia sobre Marshall o descreve como dotado de uma dupla natureza, era ao mesmo tempo um pregador e um cientista:

"era ao primeiro lado de sua natureza [pregador] que ele próprio atribuía precedência. Ele pensava que este eu deveria ser o senhor; o segundo eu seu servo. O segundo eu buscava conhecimento como um fim em si; o primeiro eu subordinava aspirações abstratas às necessidades do progresso prático. Os olhos agudos e asas abertas da águia eram com frequência chamados à terra para assumir os compromissos de um moralizador." (C.W. X, p.173)

Quanto ao primeiro aspecto da ciência moral, a natureza variável do objeto da Economia, a ação do homem nos negócios cotidianos, Fonseca (1991) compara a reação de Marshall ao "homem econômico" proposto por Jevons, com a reação de Mill ao autômato de Bentham, de onde conclui que:

"Uma ênfase basicamente similar na variabilidade de conteúdo das motivações auto-interessadas e na perfectibilidade do homem está presente em toda obra econômica de Marshall."

Mas dessa natureza eminentemente moral a economia deveria contribuir positivamente para a evolução da condição humana, ou como Fonseca (1991) conclui:

"... Conforme os agentes se tornam crescentemente morais no curso normal da vida econômica - mais decididos, prontos para cooperação motivada e mais capazes para iniciativas positivas em todas as esferas de ação - também a ciência econômica, ele sustentava, deveria imitar e sem permitir que considerações éticas pesem demais na explicação do comportamento econômico mas, o que para ele era sem dúvida essencial, também deveria auxiliar positivamente os esforços da comunidade de pensar clara e sabiamente sobre problemas éticos da

vida privada (como se deveria viver?) e da vida pública (o que torna uma comunidade justa e boa ?)."(p.52)

Talvez a discussão mais clara sobre esta questão esteja expressa no trabalho metodológico de Neville Keynes, que preferia a denominação da Economia como ciência social a ciência moral. Quanto à natureza do objeto, ele afirma :

"Os fenômenos econômicos dependem das atividades de agentes livres, cujo comportamento habitual pode ser modificado não apenas por interferência legislativa, mas também por seus próprios padrões morais, ou por pressão social advinda da opinião pública."(Neville Keynes 1890, p.43)

Quanto à questão do papel da teoria econômica na transformação da sociedade tem-se a seguinte reflexão:

"O valor das teorias econômicas é, em verdade, corretamente medido pelas suas conseqüências definitivas em questões práticas; e o economista deve procurar sempre dirigir suas investigações teóricas para os canais que se mostrarão eventualmente os úteis do ponto de vista prático. Mas, mesmo que seu fim último seja guiar a conduta humana, o objeto imediato a se ter em vista é o conhecimento dos fatos positivos". (Neville Keynes 1890, p.48)

A preocupação com as conseqüências práticas da teoria econômica vai levar ao surgimento de um ramo da própria investigação teórica com Pigou(1912). Surge a economia do bem-estar, e no prefácio de *Economics of Welfare* Pigou adverte:

"As análises complicadas que os economistas se esforçam por desenvolver não são mera ginástica. São instrumentos para o melhoramento da vida humana." (Pigou 1938, p.iv)

Não se pode deduzir desta similaridade de pensamentos que não houvesse diferenças essenciais na interpretação do sentido de "moral" associado à Economia. As mudanças no pensamento de Keynes em relação a seus precursores no campo da filosofia moral quanto ao primeiro aspecto da interpretação de ciência moral (a variabilidade do comportamento humano) foram abordadas em Shionoya (1991) e

Davis (1991). O segundo aspecto, isto é, a existência de diferentes expectativas dos autores quanto à capacidade da Economia efetivar mudanças concretas é assunto desenvolvido por Fonseca (1991) não só para Keynes, mas para vários autores da Economia Política Inglesa. Quanto às diferenças entre Marshall e Keynes, destaca-se:

"Contrariamente a Marshall, Keynes nunca manteve seriamente a noção de Economia como 'ciência moral' no sentido forte, isto é, que ela poderia e deveria tomar negociantes e sindicatos pela mão e ensinar-lhes ética e padrões profissionais. Ele zombava das 'pregações laterais' de Marshall e nunca compartilhou da confiança, típica do século dezenove, no poder das 'ciências morais' de 'civilizar os negócios' e transformar o comportamento individual na vida cotidiana" (Fonseca, 1991, p.184)

Para exemplificar melhor a visão de Economia como Ciência Moral pode-se recorrer a uma análise dos prefácios de alguns dos principais livros de Keynes. Começando pelo *Economic Consequences of Peace*, que foi o maior sucesso editorial de toda a carreira de Keynes. A *ethos* do autor é de se utilizar da posição que ocupou como representante do Tesouro Britânico na Conferência de Paz para denunciar que os erros cometidos teriam conseqüências danosas para o futuro econômico e político da Europa. O discurso se constrói em torno de dois pontos principais: a) por exigir demais dos países derrotados os países vencedores iriam acabar perdendo tudo; b) por se concentrarem excessivamente nos objetivos de política doméstica os governantes menosprezaram a unidade econômica da Europa.

No prefácio à edição inglesa não há menção da audiência específica, o que leva a crer que o livro se dirige à opinião pública em geral. Na edição francesa o prefácio termina com um apelo à "inteligência" da França, às melhores mentes do país que estiveram à margem da negociação do acordo de paz e que tomando consciência dos erros cometidos poderiam evitar suas conseqüências.

Quanto ao *Tract on Monetary Reform* o próprio título também indica a existência de um caráter militante. A posição do autor diante do livro é a de que ele sirva como instrumento em favor da crença de que é possível uma administração científica e racional da moeda. O discurso é construído basicamente num plano teórico, mas com referências às aplicações de política econômica. Visa principalmente remover as "noções conservadoras" da vinculação do padrão monetário ao

ouro, através de uma análise positiva, de forma a eliminar os riscos da instabilidade a ele inerentes. Essa interface entre um desenvolvimento analítico visando a política econômica é reforçada na definição do público alvo:

" Eu dedico esse livro, humildemente e sem permissão, ao Governador e à Corte do Banco da Inglaterra, que têm, agora e no futuro, a eles confiada uma tarefa muito mais difícil e ansiosa que em tempos anteriores."(C.W. VI, p.xv)

No *Treatise on Money* Keynes se revela como um teórico em mutação, admitindo que as idéias que ele compartilhava quando iniciou a obra haviam se mostrado inadequadas ao seu final, fazendo com que o trabalho não se apresentasse como um todo impecavelmente coerente. A obra se compõe de dois livros. O primeiro se propõe a ser um discurso estritamente teórico sobre problemas monetários. O segundo livro buscou combinar questões teóricas com problemas práticos. Embora consciente de que tais objetivos teriam sido atingidos de forma muito parcial Keynes revela que ele esperava de um tratado teórico muito mais do que a compreensão dos especialistas que eram sua audiência imediata:

" Eu acredito que o correto entendimento dos tópicos deste livro é de enorme importância prática para o bem-estar do mundo."(C.W.V, p.xviii)

Assim Keynes literalmente oferecia o livro para a humanidade, demonstrando um espírito marshalliano na pretensão de que a teoria econômica servisse de instrumento para a melhoria das condições humanas, e não apenas uma explicação do funcionamento da realidade social.

Um outro aspecto da Economia como ciência moral está relacionado a sua forma de expressão, esclarecido num rascunho para o prefácio à **Teoria Geral** que data de 1934, onde o tom controverso presente nesta obra é justificado em parte pela natureza do discurso econômico. Keynes analisa o papel das controvérsias na Economia, ironizando posturas conciliatórias como as adotadas por Marshall e Pigou, perdoáveis apenas pelo fato notório de que em Economia as controvérsias costumam causar mais irritação que em outras ciências, sendo esse, aparentemente, um bom motivo para se evitá-las. Contudo, as controvérsias seriam saudáveis e contribuiriam para o progresso da Economia ao evitar a proliferação dos charlatões, mais comuns em Economia que nas ciências naturais.

Keynes reconhece que no estilo quase-formal, inerente ao discurso em

Economia, não seria possível a composição de um documento capaz de uma interpretação legal e estrita, nem que fosse oferecida uma prova lógica completa. Por mais que um autor se esforçasse para clarificar o significado dos termos e as premissas usadas, ele nunca o tornaria completamente claro e nunca mencionaria todas as condições necessárias para suas conclusões.

No discurso econômico, dessa forma constituído, nunca se poderia precisar o nível de abstração em que se está movimentando e o pensamento não se movimenta sempre no mesmo nível de abstração. Tais características não poderiam ser contornadas e por isso exigiriam uma dose de boa vontade e compreensão entre os interlocutores para que uma idéia fosse satisfatoriamente transmitida. Do contrário o número de empecilhos que seria possível levantar poderia conduzir as controvérsias a uma "inútil caça ao significado das palavras", no dizer de Schumpeter.

Em decorrência disso a comunicação entre os economistas, mesmo em revistas especializadas e com caráter científico, seria sobretudo uma comunicação sujeita à idiossincrasia, como se depreende da seguinte passagem do referido prefácio:

"In economics you cannot convict your opponent of error; you can only convince him of it. And even if you are right, you cannot convince him, if there is a defect in your own power of persuasion and exposition or if his head is already so filled with contrary notions that he cannot catch the clues to your thought which you are trying to throw to him"(C.W.XIII, p.470)

Essa citação merece ser comentada na medida em que os termos *convict* e *convince* trazem uma sutil mas fundamental diferença, pois *convict* implica demonstração lógica enquanto *convince* está associada ao convencimento subjetivo, revelando que para o autor a separação estrita do discurso econômico entre ciência e doutrina seria impossível. O papel de predisposições psicológicas seria fundamental no operar dos argumentos, e portanto uma persuasão eficaz dependeria não só das qualidades do próprio "orador" mas das predisposições da "audiência". A importância de controvérsia e polêmica na comunicação entre os economistas será objeto do capítulo 5, quando se enfocará a **Teoria Geral**. Antes devemos tratar da relação entre Economia e sociedade.

3 - A Economia como Disciplina e Seu Papel na Sociedade.

A atuação profissional de Keynes baseava-se num conhecimento de como as decisões no governo Britânico eram tomadas e implementadas. Aliada a esse conhecimento prático estavam as crenças orientadoras da ação que podem ser localizadas no que, a partir de Harrod(1951), a literatura convencionou chamar de "Pressupostos de Harvey Road":

"Um desses pressupostos pode ser talvez resumido na idéia de que o governo da Grã-Bretanha estava e deveria continuar nas mãos de uma aristocracia intelectual que usa o método da persuasão."(Harrod ,1951, pp.192-193)

Ou, referindo-se ao que se pressupunha ser tal método da persuasão:

"Reforma, tanto em larga, como em pequena escala seria atingida primária e principalmente pela discussão entre pessoas inteligentes. Em todos os assuntos vitais sua visão deveria prevalecer. A opinião pública seria sabiamente guiada."(Harrod ,1951, p.3)

Somente através da discussão racional se poderia conduzir o progresso do então Império Britânico. O papel dos analistas sociais seria servir de consciência crítica da aristocracia intelectual que, usando os métodos da persuasão, estaria permanentemente aberta e atenta a críticas e argumentos inteligentemente formulados. A coerência com que Keynes orientou sua atuação profissional em função destas crenças levou Harrod (1951,p.193) a afirmar que *"os pressupostos de Harvey Road eram demasiado uma segunda natureza para Keynes"*. Cabe agora relacionar o quadro institucional com a teoria aplicada da persuasão racional.

4 - A Visão de Keynes do Seu Papel na Economia.

Duas crenças pessoais de Keynes, relacionadas ao papel do Economista como cientista "moral" são importantes para explicar sua postura. A primeira delas pode ser encontrada em seu ensaio biográfico sobre Marshall:

"Mas, essa era uma verdade essencial à qual ele (Marshall) agarrou-se firmemente, que os indivíduos dotados de um gênio especial para a matéria econômica e que têm uma poderosa intuição econômica

estarão mais corretos em suas conclusões e pressupostos implícitos que em suas explicações e proposições explícitas. Isto quer dizer, suas intuições estarão à frente de suas análises e terminologias. Grande consideração, portanto, é atribuída ao seu esquema geral de pensamento, e é uma coisa pobre incomodar suas memórias com críticas que são puramente verbais. (C.W. X, p.259)

Não é preciso uma investigação minuciosa para que se conclua que Keynes acreditava possuir uma intuição econômica superior, basta lembrar o prefácio de **Essays in Persuasion** onde ele se define uma Cassandra, deusa a quem Apolo deu o dom de prever o futuro mas tomou-lhe a credibilidade. Da mesma forma Keynes comenta sobre o título da coletânea de artigos:

"O volume deveria ter se intitulado ' Ensaios em Profecia e Persuasão', pois para a **Profecia**, infelizmente, tem sido mais bem -sucedida que para a **Persuasão**. Mas foi no espírito da persuasão que a maioria destes ensaios foram escritos, na tentativa de influenciar a opinião."(C.W.IX, p.xvii)

O fato de Keynes julgar-se possuidor de uma intuição privilegiada pode ser explicado através das inúmeras circunstâncias em seus dados biográficos que recalcam esta crença. Por outro lado, O'Donnell (1989) estabelece uma justificação para a importância da intuição dentro do sistema filosófico de Keynes, apontando como isto seria importante para fundamentar a persuasão racional. O'Donnell procura estabelecer o papel da persuasão no sistema filosófico de Keynes, mais diretamente à epistemologia e sem relacioná-lo diretamente com o esforço de transformação do mundo. Isto acaba por produzir um tratamento mais detalhado que outros autores. A principal lacuna a ser preenchida por uma teoria da persuasão, segundo a interpretação de O'Donnell, estaria no papel que Keynes atribuía à intuição como forma de apreensão do mundo. Nas palavras de O'Donnell (1989) :

"A epistemologia de Keynes dá à persuasão um papel indispensável na discussão racional. Suas tentativas de convencer os outros pela argumentação e em última instância pela intuição compartilhada formavam um componente importante da Economia. Mas uma pré-condição da persuasão é que o intelecto recebedor deve perceber

primeiro o que o outro está sugerindo. A metáfora do 'encontro das mentes' era muito usada por Keynes para associar a idéia de que estando ou não em acordo as duas mentes devem estar 'vendo' a mesma coisa para que a discussão racional seja possível." (pp.213-4)

Segundo O'Donnell (1989) a importância da persuasão estaria num nível pré-analítico de comunicação, e é no plano das intuições que as mentes se 'encontram', não no plano da argumentação. A argumentação no máximo pode negar uma intuição, ou seja, "*intuições são incapazes de prova mas capazes de refutação, pelo apontamento de contradições e inconsistências*". (p.92)

Se a persuasão como uma forma de discurso racional é indispensável na filosofia de Keynes valeria também explicar se o "encontro das mentes" pode ser um processo racional. Se a argumentação só é capaz de negar a intuição e o "encontro das mentes" é um processo de assimilação de crenças entre indivíduos, este pode ser totalmente psicológico.

A comunicação ao nível do discurso teórico e ao nível do discurso político envolve a persuasão e é sujeita a "forças" racionais e não racionais; O'Donnell parece pressupor que a persuasão seria um modo de discurso racional:

"Argumentação entre as partes é alcançada quando elas "vêm" as mesmas coisas, quando há "um encontro entre as mentes". Persuasão, então, como um modo de discurso racional é **indispensável** à filosofia de Keynes".(p.93).

Do mesmo modo, em ambas as esferas de discurso (racional/não-racional), para se compartilhar uma intuição seria necessário "encontro de mentes". O apelo à razão ou uso de supostos argumentos racionais seriam persuasivos somente se houvesse correspondente "boa vontade" no plano da política do que aquele que pode ser esperado no plano da comunicação teórica. O'Donnell (1989) descreve esta correspondência entre os planos como um dos pressupostos básicos de atuação política de Keynes:

"Os pressupostos centrais de sua visão eram que no longo prazo a mais poderosa das forças motivacionais na política estava centrada em idéias, opiniões e na razão, e que para efetivar mudanças sociais duradouras e não violentas era suficiente disseminar pacientemente

visões razoáveis que afetam e persuadem a inteligência daqueles que influenciam a prática em todos os níveis."(p.274)

O'Donnell (1989) é da opinião que estas crenças seriam parte da uma concepção ingênua e errônea, deixando de mostrar que as idéias precisam ser incorporadas a instituições e alinhadas a forças sociais para se tornarem eficazes. Disso ele conclui que:

"Apelar à razão é também vital, mas confiar na persuasão apenas como a primeira locomotiva da mudança seria demasiado inadequado. Ao mesmo tempo a política de Keynes contém elementos de valor. Sua base de filosofia ética proveu-lhe uma visão clara dos objetivos de longo prazo a serem servidos pela atividade política.(p.337)

Que a teoria de mudança social de Keynes seja deficiente não parece ser uma interpretação em disputa, mas a extrema habilidade de articulação de Keynes no corpo das instituições de seu país questiona a correção da conclusão de O'Donnell. Parece demasiado forte afirmar que Keynes confiava na persuasão como único instrumento de mudança social. A correta interpretação é de que a persuasão e o apelo à racionalidade eram os únicos instrumentos de Keynes, como intelectual, para transformar a sociedade. Disto não se pode concluir que para Keynes a única força de mudança social fosse a persuasão, mesmo assumindo a validade da persuasão racional, a mudança social trazida através deste método seria um caso muito restrito de mudança social.

A segunda crença importante é encontrada na sua memória "*My Early Beliefs*" e associada com a geração tão influenciada pelo **Principia Ethica** de G.E.Moore. Keynes descreve sua geração da seguinte maneira:

"Nós estávamos entre os últimos Utopistas, ou melhoristas como são às vezes chamados aqueles que acreditam num progresso moral contínuo em virtude da qual a raça humana consiste de pessoas confiáveis, racionais e decentes, influenciada pela verdade e padrões objetivos, que podem ser libertados das restrições externas da convenção, dos padrões tradicionais e regras inflexíveis de conduta, e deixados, de agora em diante, à sua própria sensatez, motivos puros e intuições confiáveis sobre o bem.(C.W.X,p.435-47)

Embora o tom da memória seja em geral bastante autocrítico, fica claro que ele estava consciente de quanto essa crença era acompanhada de um desejo de que fosse verdadeira. Mais forte mesmo do que uma fria observação dos fatos suportaria, tal "*wishful thinking*" colocava-se como um pressuposto de sua conduta. Esse pressuposto não era contrário às três forças identificadas por Keynes como levando os indivíduos à ação: a argumentação, o bom senso e o auto-interesse. Reforçando esta ele conclui a **Teoria Geral** fazendo uma espécie de balanço entre elas:

"Estou certo de que a força dos interesses escusos é vastamente exagerada quando comparada com o gradual encadeamento das idéias." (C.W.VII,p.383)

A existência de uma "opinião pública" não expressa, identificada com um componente de dúvida intelectual do homem comum, demonstrava para Keynes a possibilidade de se moldar a opinião pública pela argumentação racional. Se a opinião pública em geral não estava sujeita a todas as ordens de influência, correspondendo apenas a opiniões de momento, ela poderia ser base para uma sociedade democrática e racionalmente gerida.

5- Conclusões

Embora muitos interpretes tenham destacado a postura ingênua de Keynes na sua expectativa de que a racionalidade das decisões seria dominante em uma sociedade democrática, ele próprio baseava essa expectativa na influência que a opinião de um círculo limitado da "oligocracia" exercia efetivamente nas decisões coletivas. A persuasão da opinião pública em geral seria uma forma de condicionar as ações desse círculo restrito, que mesmo sem mudar de opinião tenderiam a agir de acordo com a opinião pública mais ampla numa sociedade de massas.

A argumentação, apelo ao bom senso e identificação do auto-interesse são os três elementos a serem dosados de acordo com as audiências. Anuatti (1996) explora a forma como Keynes era capaz manter a coerência no conteúdo de suas propostas perante diferentes audiências, fazendo com que seus argumentos assumissem formas variadas em referência a diferentes motivações, interesses e bases consensuais. As variações de forma, associadas a sua capacidade de rever seus diagnósticos e recomendações com a evolução dos acontecimentos custaram-lhe a fama de

inconsistente. Isto ocorreu principalmente durante os turbulentos eventos do início dos anos 30, e é na busca de uma coerência e rigor intelectual que a **Teoria Geral** pode ser vista como a grande resposta a essas acusações. Como um comentador autorizado, Hubert Henderson declarou sobre a **Teoria Geral**:

"é um livro técnico muito difícil, envolvendo muita terminologia nova, um uso considerável de símbolos matemáticos, e acima de tudo um raciocínio abstrato elaborado que é mantido como um todo unido através de mais de 332 das suas 384 páginas. (**The Spectator**, 14 fevereiro de 1936, p.163)

6- Referências Bibliográficas

- ANNAN, N. 1990. **Our Age: Portrait of a Generation**. London: Weidenfeld and Nicolson.
- ANUATTI, F. 1998 "Persuasão Racional como Instrumento de Mudança Institucional". **1º Seminário Brasileiro sobre a Nova Economia Institucional**, São Paulo, de 5 a 7 de Agosto de 1998.
- ANUATTI, F. 1997. "Deram ouvidos a Cassandra ?" **Economia**, Curitiba, v.23, n.21, pp 57-83.
- ANUATTI, F. 1996. "Persuasão Racional: uma análise do esforço de Keynes na formação de uma opinião favorável à mudança nas políticas econômicas." Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia -ANPEC - **XXIV Encontro Nacional de Economia** - Águas de Lindóia -, de 11 a 13 de dezembro 1996.
- ANUATTI, F. 1994. Persuasão Racional em Keynes: uma aplicação da abordagem retórica ao estudo da história das idéias econômicas. Tese de Doutorado . **IPE/USP**.
- ARROW, K. 1951. **Social Choice and Individual Values**. New York: Wiley.
- CARABELLI, A. 1985. "Keynes on Cause, Chance and Probability". In Tony Lawson and Hashem Pesaran (eds.) 1985, **Keynes' Economics: Methodological Issues**. New York: M.E. Sharpe, pp. 151-180.
- CARABELLI, A. 1988. **On Keynes's Method**. London: Macmillan.
- CLARKE, P.F. 1988. **The Keynesian Revolution in the Making: 1924-1936**. Oxford: Clarendon Press.
- COATES, J. 1990. **Ordinary Language Economics: Keynes and the Cambridge Philosophers**. Phd. Thesis. University of Cambridge.
- DAVIS, J. 1991. " Keynes's View of Economics as a Moral Science". In Bateman, B. & Davis, J.(eds.) 1991, **Keynes and Philosophy: essays on the origin of Keynes's thought**. Aldershot: Edward Elgar, pp. 89-103.
- ELSTER, J. 1983. **Sour Grapes**. Cambridge: Cambridge University Press.
- ELSTER, J. 1989c. **Salomonic Judgements**. Cambridge: Cambridge University Press.
- FONSECA, E.G. 1991. **Beliefs in Action**. Cambridge: Cambridge University Press.
- NORTH, D. (1981). **Structure and Change in Economic History**. New York: W.W. Norton & Company.
- NORTH, D. (1990). **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARROD, R. 1951. **The Life of John Maynard Keynes**. New York: W.W.Norton & Company.

- HENDERSON, H. 1936. "Mr. Keynes General Theory". **The Spectator**, 14 de fevereiro. Keynes's Papers, King's College Cambridge.
- HODGSON, G. 1986. "Persuasion, Expectations and the Limits to Keynes". In Tony Lawson and Hashem Pesaran (eds.) 1985, **Keynes' Economics: Methodological Issues**. New York: M.E. Sharpe.
- HOWSON, S. & WINCH, D. 1977. **The Economic Advisory Council: 1930-39**. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUTCHINSON, T. 1938. **The Significance and Basic Postulates of Economic Theory**. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1930. **Treatise on Money**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volumes V & VI (1971). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1931. **Essays in Persuasion**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume IX (1972). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1933. **Essays on Biography**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume X (1972). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1936. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume VII (1973). London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1973. **The General Theory and After: Preparations**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XIII. London: Macmillan.
- KEYNES, J.M. 1973. **The General Theory and After: Defense and Development**. Org. Donald Moggridge. The Collected Writings of John Maynard Keynes Volume XIV. London: Macmillan.
- KEYNES, J.N. 1890. **The Scope and Method of Political Economy**. New York: Kelley.
- MARSHALL, A. 1920. **Princípios de Economia: tratado introdutório**. Oitava Edição. Coleção Os Economistas (1982). São Paulo: Abril Cultural.
- MARSHALL, A. 1923. **Money, Credit and Commerce**. New York: Kelley (1965).
- O'DONNELL, R. 1989. **Keynes: Philosophy, Economics and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROBBINS, L. 1971. **Autobiography of an Economist**. London: Macmillan.
- ROBINSON, E.A.G. 1931. **The Structure of Competitive Industry**. Cambridge Economic Handbooks. London: Nisbet & Co. Ltd.
- ROBINSON, J. 1932. **Economics is a serious subject: the apologia of an economist to the mathematician, the scientist and the plain man**. Cambridge: W. Heffer & Sons.
- SAMPSON, A. 1962. **Anatomy of Britain**. London: Hodder.
- SAMPSON, A. 1965. **Anatomy of Britain Today**. London: Hodder.
- SHIONOYA, N. 1991. "Sidgwick, Moore and Keynes: A Philosophical Analysis of Keynes's 'My Early Beliefs'". In Bateman, B. & Davis, J. (eds.) 1991. **Keynes and Philosophy: essays on the origin of Keynes's thought**. Aldershot: Edward Elgar, pp. 6-29.
- SKIDELSKY, R. 1983. **John Maynard Keynes: Hopes Betrayed, 1883-1920**. London: Macmillan.
- WINCH, D. 1989. "Keynes, Keynesianism and State Intervention". In Peter Hall (ed.). **The Political Power of Economic Ideas**. Princeton: Princeton University Press.
- WINCH, D. 1990. "Economic Knowledge and government in Britain: some historical and comparative reflections." In Furner and Supple (eds.) 1990, **The State and Economic Knowledge: The American and British experiences**.

Cambridge: Woodrow Wilson International Center for scholars and
Cambridge University Press pp.40-70.